



## ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DA POLÍTICA PARA AVALIAÇÃO EXPRESSA NO PROJETO PRINCIPAL DE EDUCAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE<sup>1</sup>

## ABORDAJE DEL CICLO DE POLÍTICAS COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISIS DE LA POLÍTICA PARA EVALUACIÓN EN EL PROYECTO PRINCIPAL DE EDUCACIÓN PARA LA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

## POLICY CYCLE APPROACH AS A TOOL OF ANALYSIS OF THE PRINCIPAL PROJECT OF EDUCATION IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

Sueli Ribeiro Comar

Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Universidade Federal de

Pelotas - Brasil

E-mail: sueli\_ricomar@hotmail.com

Eixo temático 3: Metodologias para a análise e pesquisa de Políticas Educativas

**Resumo:** O artigo apresenta a abordagem do ciclo de políticas como instrumento para o estudo da política para avaliação expressa no Projeto Principal de Educação da América Latina e Caribe. Para organizar o debate, três momentos são apresentados. Inicialmente, a abordagem do ciclo de políticas como um referencial analítico para a compreensão da produção da política educacional, com a perspectiva de que as políticas não se apresentam de forma linear, mas se constituem por ciclos, contextos e arenas de disputas. Em seguida, expõe-se sobre as novas configurações reguladoras do Estado, o que implica em prestação de contas, gerencialismo, *accountability* entre outras maneiras de adaptação das políticas a lógica empresarial e performativa. Considera-se que este processo influencia diferentes formatos e instrumentos de avaliação do rendimento escolar, a performatividade de pessoas e instituições. Por fim, a exposição da lógica gerencial, de prestação de contas e avaliação quantitativa, presentes nas diretrizes acordadas nas Reuniões do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe, chamado de Promedlac<sup>2</sup>. A abordagem do ciclo de políticas contribui para a compreensão desse processo que implica o reconhecimento do Estado como agente de influência nas políticas mercadológicas, mas ao mesmo tempo, sinaliza as disputas, lutas e contextos nos quais as políticas são recriadas e ressignificadas.

**Palavras-chave:** Avaliação. Ciclo de Políticas. Estado Avaliador. América Latina.

---

<sup>1</sup> Pesquisa Financiada pela CAPES.

<sup>2</sup> Sigla que significa *Project Mayer dans le Domaine de l'Education em Amerique Latine et les Caribes*.



**Resumen:** El artículo presenta el abordaje del ciclo de políticas como metodología de estudio de la política para evaluación expresa en el Proyecto Principal de Educación para América Latina y Caribe. Para organizar el debate, se presentan tres momentos. En un primer momento, el abordaje del ciclo de políticas como un instrumento de análisis en política educacional, con la perspectiva de que las políticas no se presentan de forma lineal, sino que se constituyen por ciclos, contextos y arenas de disputas. En seguida, se expone sobre las nuevas configuraciones reguladoras del Estado, lo que implica rendición de cuentas, gerencialismo, *accountability* entre otras maneras de adaptación de las políticas a la lógica empresarial y performativa. Se considera que este proceso influye distintos formatos e instrumentos de evaluación del rendimiento escolar, la performatividad de personas e instituciones. Finalmente, se expone que la lógica gerencial, de rendición de cuentas y evaluación cuantitativa, están presentes en las directrices acordadas en las Reuniones del Comité Regional Intergubernamental del Proyecto Principal de Educación para la América Latina y Caribe, llamado Promedlac. El abordaje del ciclo de políticas contribuye a la comprensión de ese proceso que implica el reconocimiento del Estado como agente de influencia en las políticas mercadológicas, pero al mismo tiempo, señala las disputas, luchas y contextos en los cuales son recreadas y resinificadas.

**Palabras clave:** Evaluación. Ciclo de Políticas. Estado Evaluador. América Latina.

**Abstract:** The paper presents the approach of policy cycle as an instrument for the study of politic for the in-depth analysis of the Principal Project of Education in Latin America and the Caribbean. In order to organize the discussion, three moments are presented. Initially, the approach of the policies cycle as an analytical reference for the understanding of educational policy production, with the prospect that the policies don't appear in a linear manner, but they are presented by cycles, contexts and arena of disputes. Following, it is shown about the new settings that regulate the State, which implies in accountabilities, managerialism, among others ways of policies adaptations to the economic and performative logic. It's considered that such process influences different formats and evaluations instruments of school performance, the people performativity and institutions. At last, the managerial logic, of accountability and quantitative evaluation, present on the agreed guidelines in the Regional Intergovernmental Committee Meetings of the Principal Project of Education in Latin America and the Caribbean, also called Promedlac. The approach of policies cycle contributes for the understanding of such process in the marketing policies, but at the same time, it signals the disputes, struggles and contexts in which the policies are recreated and reframed.

**Keywords:** Evaluation. Policies cycle. Evaluative State. Latin America.

## Introdução

Há uma mudança cultural, conceitual e de modelos educacionais sendo implantados na América Latina nas últimas décadas. Cresce de forma ampla a necessidade de divulgação e informações dos resultados que são produzidos pelo sistema de ensino, obtidos por meio da avaliação externa e em larga escala que centra a atenção no rendimento do aluno e das escolas.



Do ponto de vista legal vários formatos legitimam a avaliação externa, sendo conferências, legislações, reformas educacionais e projetos de desenvolvimento para os países periféricos, a exemplo do Projeto Principal de Educação. Mas seria ilusório pensar em políticas como um processo linear e previsível. A abordagem do ciclo de políticas formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e seus colaboradores (Bowe; Gold, 1992) contribui e oferece instrumentos para a análise da trajetória das políticas em toda sua complexidade, como sua formulação, a produção de textos, implementação, resultados ou efeitos. Políticas têm uma trajetória e não se configura apenas nos aspectos macros da sociedade, mas no espaço micro:

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. É importante destacar desde o princípio que este referencial teórico analítico não é estático, mas dinâmico e flexível. (MAINARDES, 2006, p. 49).

Por meio desta perspectiva, a reflexão aqui proposta está organizada em três momentos que se complementam. No primeiro, o destaque está na discussão sobre ciclo de políticas como um instrumento de análise em política educacional. Posteriormente, pretende-se o entendimento da configuração reguladora do Estado, o que implicou em novo formato para a elaboração das políticas pautadas no discurso de qualidade total, prestação de contas, ou *accountability*, que revela um caráter gerencial exposto nas orientações dos documentos direcionados para a educação da América Latina nas últimas décadas. Reitera-se que a abordagem do Ciclo de Políticas não desconsidera o papel do Estado nas definições das políticas. Nem tão pouco a sua centralidade única na definição das mesmas, mas é uma inter-relação entre o aspecto macro e ideológico com o aspecto micro, onde as políticas são recontextualizadas e ressignificadas.

Por fim, utilizando-se da abordagem do ciclo de políticas busca-se analisar que o Estado regulador vem ganhando espaço nas orientações dos textos de políticas acordados nas Reuniões do Comitê Regional



Intergovernamental do Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe, chamado de Promedlac. Isto se justifica pelo caráter gerencial, performativo e de prestação de contas que sustenta as orientações políticas para avaliação e resultados imediatos em educação.

### **A abordagem do ciclo de políticas como possibilidade analítica em Política Educacional**

Políticas não emergem do vazio social, mas da correlação de forças, das disputas de poder, dos discursos que são estruturados por diferentes grupos. Este conjunto de elementos nos permite afirmar que não há uma linearidade no percurso das mesmas. Esta é uma das características marcantes da abordagem do ciclo de políticas como uma ferramenta analítica sobre políticas em educação.

A proposta do ciclo de políticas formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e por seus colaboradores (BOWE; GOLD, 1992) constituía-se por três contextos principais: o da influência, da produção de texto e o da prática. Em seguida, os ciclos foram expandidos para mais dois contextos, o de efeitos e o da estratégia política. Na sequência, veremos as especificidades de cada contexto, com o intuito de correlacionar os aspectos macros e micros desse processo e as arenas de disputas dos mesmos.

O primeiro momento da elaboração da política é o contexto de influência, onde as políticas são concebidas e os discursos são consolidados. A disputa pela imposição de ideias hegemônicas é travada. “É neste contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado” (MAINARDES, 2006, p. 51).

Há um campo de disputa composta por arenas. A primeira descrita como arena pública de ação, particularmente os meios de comunicação social, e a segunda descrita como arena pública mais formal, com grupos representativos de diversos seguimentos sociais, comissões, redes políticas e sociais internacionais, que disseminam ideias, empréstimo de políticas e vendas de soluções. Como exemplos mais amplos de empreendedores e



“emprestadores” de ideias e soluções, citamos a Unesco, Unicef, Banco Mundial.

Em seguida, o ciclo de políticas contempla o contexto da produção de texto, que significa a realização dos textos políticos. Mainardes (2006, p.52), analisa que a diferença entre o contexto de influência e o contexto da produção de texto está no fato de que, no primeiro, ocorre a legitimação dos interesses ideológicos os quais não são tão explícitos, enquanto o segundo está ligado a uma linguagem de interesse do público mais geral. Há também uma arena de disputa representada por textos legais, oficiais e políticos, pronunciamentos, vídeos, panfletos e revistas. Os grupos de interesse são políticos que desejam controlar a representação política.

O contexto da prática, “é onde a política está sujeita a interpretação e recriação” (MAINARDES, 2006, p. 53). Não se constitui em imposição neutra, uma vez que, dentro dessa arena, estão as escolas e os profissionais que não são recebedores ingênuos das propostas, mas trazem vivências, histórias, experiências e valores. Outro aspecto relevante é que os significados dos textos políticos podem ser lidos, mal interpretados ou até ignorados, tendo em vista a pluralidade de seus leitores.

Quanto ao contexto de efeitos, esta denominação se justifica porque, ao contrário da perspectiva linear de política pautada nos resultados, ele traz a categoria efeito como decorrência. Isso representa a ideia de continuidade, das consequências de uma política, que não termina de imediato. Tais efeitos podem ser de primeira e segunda ordem:

Os efeitos de primeira ordem referem-se a mudanças na prática ou na estrutura e são evidentes em lugares específicos ou no sistema como um todo. Os efeitos de segunda ordem referem-se ao impacto dessas mudanças nos padrões de acesso social, oportunidade e justiça social. (MAINARDES, 2006, p. 55).

O último contexto analisado é o da estratégia política. É nesse momento que se torna possível identificar atividades sociais e políticas necessárias para lidar com as desigualdades das políticas que foram implementadas e reinterpretadas. É um ciclo contínuo.



O ciclo de políticas permite a compreensão de que as políticas não estão apenas correlacionadas ao poder centralizador do Estado, ou, que de forma ingênua, elas são definidas nos espaços limitados a ação dos sujeitos. Ao contrário, esta abordagem aproxima as duas dimensões que são indissociáveis. A seguir, julga-se essencial a análise sobre o formato regulador do Estado, uma vez que este perfil tem consolidado instrumentos de avaliação gerencial nas orientações de políticas para a educação da América Latina. Essas orientações, desde o contexto de influência até o contexto da prática e efeitos estão sujeitas a diferentes arenas de disputas sendo ressignificadas nos diversos setores sociais.

### **O Estado avaliador como forma de regulação performativa em educação**

A reforma do Estado na década de 1990 veio acompanhada de mudanças, não apenas na economia, mas no formato das relações sociais de governança e distribuições hierárquicas de responsabilidade. Esse quadro segundo Ball (2004, p. 1106) decorre “das mudanças nos papéis do Estado, do capital, das instituições públicas, dos cidadãos e nas relações entre si”. Portanto, a relação entre o nível econômico e o nível político ocorre por meio de variações, contradições, conflitos e rupturas. Não é, de modo algum, processo automático e linear.

No que se refere ao papel do Estado, dois pontos chamam a atenção. O primeiro se constitui no anúncio do Estado descentralizador, mínimo, menos burocrático. Descentralização e participação foram eixos norteadores das políticas, principalmente em educação e suas diretrizes configuraram um Estado mínimo, convergente com as necessidades globais da economia neoliberal. O segundo sugere um Estado menos visível que se constitui pelo caráter regulador ou “Estado ausente e presente” (HYPÓLITO 2013, p. 336). Ausente porque o gerencialismo leva a outras esferas, fora do Estado, a responsabilidade pelas políticas e seus efeitos. Esta ausência, ainda que reguladora, se materializa pelos novos dispositivos que medem e mensuram os resultados em educação:



O Estado apresenta-se para as escolas menos prescritivo do ponto de vista formal, mas muito mais indutor das políticas que as escolas operam cotidianamente. Isso é garantido por inúmeros mecanismos e dispositivos. Um deles têm sido a avaliação e seus instrumentos. (HYPÓLITO; VIERA; LEITE, 2011, p. 07).

Assim, a educação pública é modificada pela lógica do setor privado onde o gerencialismo é a palavra de ordem, o que implica em um formato mais empresarial de gerir os serviços públicos educacionais. É a entrega dos serviços públicos a responsabilidade do setor privado, uma terceirização que submete o setor público cada vez mais as exigências do capitalismo. Hypólito (2013, p.336) salienta que não é uma relação direta de compra e venda, mas uma relação sutil de submeter o setor público a economia numa relação de quase mercado. O foco dessas mudanças está na concepção de que a saída para a crise do capitalismo seria conceber a educação e o conhecimento como setores produtivos, ou seja, tratar a “educação e o conhecimento como meios para a transformação produtiva com equidade, e como fator de competitividade das nações e das empresas” (CEPAL; UNESCO, 1995).

O que se consolida é uma modernização conservadora, na qual as reformas anunciadas por meio de novas facetas de mudanças trazem a mesma lógica neoliberal. Um formato gerencial ronda a estrutura das políticas em educação de um jeito tão perspicaz a ponto de garantir mecanismos para o alcance da qualidade total deste setor, que pode ser medido e quantificado. Aliado a este processo o sistema educacional é avaliado por meio de exames que na lógica da responsabilização e transparência tem seus resultados divulgados. A prestação de contas, a responsabilização dos sistemas de ensino, a meritocracia nos sujeitos são elementos estratégicos para a boa-governança educacional. Uma boa coordenação das escolas, um Estado que avalia de longe concretizam os conceitos de produtividade com credibilidade. Isto porque os resultados são expostos na mídia e comparados por grau de competência de cada localidade. Em suma, eficiência, qualidade e resultados performativos são pontos basilares das políticas para avaliação.



A introdução de sistemas de avaliação da educação e do desempenho docente é crucial para essa regulação por parte do Estado, que passa a controlar e a avaliar desde longe, por meio da contratação de terceiros para realizar a avaliação externa – considerada como prestação de contas à sociedade civil (*accountability*). Tais modelos gerenciais são baseados na qualidade e no mérito e os problemas da educação ficam reduzidos a problemas técnico-gerenciais. (HYPÓLITO, 2010, p. 1339).

O termo *accountability*, como prestação de contas, ainda que sua origem remeta de longa data, foi introduzida como um dos “centros de atenção e estudo na América Latina a partir dos anos 1980, no período pós-transição democrática” (DUARTE, 2010, p.19). Este conceito que emerge na economia política se expande nas orientações internacionais para a educação dos países em desenvolvimento, tendo em vista a presença de economistas e não de educadores no processo de formulação de políticas de cunho internacional. A autora analisa que Accountability se estrutura por três dimensões:

Transparência (*answerability*, a divulgação de informações), responsividade (*responsiveness*, a obrigação formal e legal de prestar esclarecimentos e informações) e capacidade de sanção/coerção (*enforcement*, a capacidade formal e legal de quem exige as informações fazer valer essa exigência, por meio de penalidades e incentivos); o *enforcement* é elemento necessário para que a *accountability* de fato ocorra. (DUARTE, 2010, p.29).

Na lógica de quase mercado, mais expressivamente na década de 1990, responsabilidade, transparência, prestação de contas convergem com o cenário político econômico da formulação de políticas em educação, ou funções e papéis do Estado cada vez mais distintos. Na tentativa de manter o núcleo ideológico das estruturas capitalistas, não é possível desconsiderar o papel do Estado, o qual exerce função considerável e ganha espaço na elaboração de consensos que são visíveis no contexto da produção de textos políticos. É o que se pretende explorar na próxima sessão. Por meio da abordagem do ciclo de políticas, buscar-se-á uma aproximação sobre a convergência das orientações internacionais pautadas na prestação de contas, avaliação com ênfase nos resultados, gerencialismo e performatividade, com alguns dos documentos das reuniões do Comitê Regional Intergovernamental



do Projeto Principal da Educação na América Latina e Caribe, denominado de Promedlac.

### **Regulação, Gerencialismo e Performatividade nas Diretrizes para Avaliação nos Documentos do Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe- Promedlac**

O Projeto Principal da Educação para a América Latina e Caribe (PPE) foi estruturado como enfrentamento às péssimas condições sociais nos países em desenvolvimento, quando a educação é anunciada como estratégia fundamental para a superação dessas condições. Sob a coordenação da Oficina Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (Orealc) ligada à UNESCO, obteve a cooperação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A primeira reunião para estruturar o Projeto Principal para Educação aconteceu no México, em 1979, mas sua aprovação somente se efetivou com a Conferência ocorrida no Equador no ano de 1981, planejado para ser desenvolvido durante vinte anos, ou seja, de 1981 a 2001. (CASASSUS, 2001, p. 18). Dos acordos legais, foram realizadas bianualmente reuniões e conferências do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal da Educação na América Latina e Caribe, denominado de Promedlac, para avaliação e replanejamento de novas metas para o desenvolvimento dos países envolvidos na proposta. As Conferências do comitê ocorreram no México (1984), Bogotá (1987), Guatemala (1989), Equador (1991), Chile (1993), Jamaica (1996) e Bolívia (2001).

Ainda como esclarecimento sobre Promedlac, esse projeto se apresentou em um formato inicial entre 1981 e 2001. Ao final desse período, foi solicitado à Unesco a iniciativa de elaborar outro Projeto Regional de Educação, com base nas recomendações enunciadas na última Conferência ocorrida na Bolívia, em 2001, para um prazo de quinze anos com avaliações periódicas a cada cinco anos. Nos acordos entre o Banco Mundial, Unesco e os 34 países aliados, ficou estabelecida a continuidade dos trabalhos por meio



do Projeto Regional de Educação para América Latina e o Caribe, agora com a nomenclatura (Prelac) e com vigência para o período 2002-2017.

A Unesco já realizou três etapas de avaliação do Prelac, sendo a primeira em Cuba (2002); a segunda na Argentina (2007) e a terceira no México (2013). Cabe destacar que há uma continuidade na exigência da educação com ênfase nos resultados, nos modelos de instrumentos avaliativos, na necessidade de comparação entre regiões e estabelecimentos de ensino. A seguir, faremos uma breve análise documental da primeira fase do Promedlac ocorrido entre 1984 e 2001, por considerar significativo o destaque dado à avaliação como regulação e com perfil quantitativo neste período.

Com base nos ciclo de políticas, podemos identificar na análise dos textos a seguir, uma tendência a instauração de ideias gerenciais e performativas em educação e, especialmente sobre a avaliação. Há um enfoque que se apresenta como uma via de mão única, pois, as questões relacionadas a escola e os saberes são resumidos resultados para atender a exigências de indicadores externos.

No que se refere à formação de um consenso em educação, o documento resultante da Conferência do México (1984), reitera que justiça e independência econômica estão ligadas a educação, ressignificada no sentido de uma nova moral e sentimentos, enfim, como pilar de desenvolvimento: “para alcanzar una sociedad más justa y equilibrada, y que La independencia política y económica no puede realizarse cabalmente sin una población educada que asuma su destino” (UNESCO/MÉXICO, 1984, p. 02).

O conteúdo exposto na citação permite correlacionar o conceito de performatividade como uma tecnologia de adaptação das políticas e dos sujeitos. Assim, a educação aparece como possibilidade de cada pessoa assumir o seu destino, por seus próprios esforços construir uma sociedade mais justa. Ball (2010, p.40) analisa que esta performatividade representa uma construção cultural, a instalação de um orgulho a ser assumido.

No que compete ao caráter gerenciador, este pode ser percebido ao longo das conferências do Promedlac. A avaliação da educação aparece no formato de metas a serem alcançadas por meio de uma gestão mais



autônoma. A aprendizagem é recompensada com resultado da política de custo efetivo com um conjunto de objetivos e recomendações. Como exemplo, a Conferência do Chile (1993) expõe nova forma de gestão, mais transparente

Hacen necesario redoblar los esfuerzos para modernizar la gestión de la educación con mayor información y la mejor capacidad para cuantificar los resultados de las estrategias permite formular conjuntos de medidas articuladas tanto entre ellas y con otras ya en operación, para el logro de metas específicas". (UNESCO/CHILE, 1993, p. 22-23).

Isto remete ao que Ball (2005, p. 542) denomina de gerencialismo que representa a inserção, no setor público, de uma forma de poder para estruturar a cultura empresarial pautada na competição e autonomia das instituições, ainda que esta seja uma "autonomia coercitiva". A gestão pauta-se nas pessoas, no individual, nos governos locais. Tudo precisa ser quantificado na lógica do mercado, inclusive o conhecimento.

Outro aspecto que pode ser observado é a necessidade de controle de gastos, na forma de prestação de contas, "la formación de personal a nivel local o a nivel de los establecimientos de manera que tengan la calificación y los medios de asegurar esta gestión; reforzar la importancia dada al control a posteriori de los gastos. (GUATEMALA, 1989, p. 52). Compreende-se que há uma preocupação com o controle do que se gasta em educação e isso traz para o debate a noção de Accountability, como transparência e prestação de contas. O controle financeiro não cabe mais exclusivamente ao Estado, que agora "regula de longe", mas as instituições e suas performances.

Decorrentes dos aspectos gerenciais do Estado, os textos de políticas propostos no Promedlac, parecem intensificar a necessidade da criação de sistemas de medidas e comunicação de resultados, fator responsável por colocar as escolas no *ranking* de competição e disputa por uma visibilidade necessária na sociedade performativa. Segundo Ball (2010, p. 39) "Nós nos criamos na medida da informação que construímos e transmitimos sobre nós mesmos. Nós nos articulamos dentro desses jogos representacionais de competição, intensificação e qualidade". Há uma forma de controle por meio



da exigência e transparência do que se produz em educação, em que as ações são pensadas apenas para um resultado mensurável.

O documento resultante da Conferência do Promedlac (BOLIVIA, 2001, p. 23) também enfatiza a necessidade de “Fomentar la responsabilidad por los resultados, para lo cual se requiere el diseño de indicadores que permitan su comparación, en los ámbitos regionales e internacionales, con el fin de ranquear a los establecimientos y países”. Os conhecimentos precisam ser exteriorizados, o que configura a performatividade “alcançada através da construção e publicação de informações, indicadores e outros desempenhos” (Ball, 2012, p.37). De outro modo, o importante é fornecer informações para os consumidores em uma lógica de incentivo, valores e informações de mercado, transpostos para a educação e seus resultados. Há uma nova pedagogia da gestão que ocorre por meio de avaliações e apreciações pautada na excelência, qualidade, marketing e competição.

A análise dos textos das políticas do Promedlac, ainda que de forma preliminar, permite apontar que há uma intencionalidade performativa como vigilância e monitoramento por meio de metas a serem alcançadas e prazos estipulados para estas realizações. As instituições e as pessoas nela inseridas precisam expor suas performances, produtividade que nesta lógica pode ser medida, mensurada.

As conferências do Promedlac foram balizadoras de ideias, valores, inserção de novas práticas avaliativas e propostas de soluções para os problemas da educação nos países em desenvolvimento. Como exemplo, a conferência do Chile em 1993 apontou a necessidade e as bases para a organização de um sistema que pudesse avaliar o desempenho educacional nas regiões de alcance do PPE. Decorrente das reivindicações da Unesco foi criado em 10 de novembro de 1994, na Cidade do México, o Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação.

Este Laboratório se constitui em uma rede nacional de diretores de avaliação educacional e seu principal objetivo é a avaliação e identificação dos níveis e padrões do aprendizado escolar para a região. Cabe ressaltar certo



monitoramento das diversas localidades de alcance do Promedlac. Das suas diretrizes, destacamos:

Estabelecer um sistema de acompanhamento, monitoração e disseminação dos resultados da avaliação, de modo a motivar e a capacitar os dirigentes educacionais na utilização desses resultados, na tomada de decisões sobre reformas e políticas educativas; Fortalecer a capacidade técnica dos Ministérios da Educação, na área de avaliação da qualidade. (UNESCO, 2001, p. 32).

Qualidade dos serviços, controle da qualidade dos resultados, disseminação dos resultados para todas as localidades, entre outros anúncios, desvendam que o contexto de influência da produção das políticas indica a forma como a educação, avaliação e a organização pedagógica poderão ser conceituadas e significadas.

Do exposto até aqui, reitera-se que a avaliação em larga escala é processo que emergiu, ainda na década de 1980, e desde então se consolidou como ponto central das políticas em educação. Este cenário permite a afirmação que o ato de avaliar externamente a educação não é mera iniciativa dos governos para sanar as dificuldades do ensino, mas se consolida como um meio de e controle da educação por meio de um Estado gerencial que ganha espaço na consolidação de seus valores.

Os documentos aqui analisados, ainda que de forma breve, revelam esta discussão, ou seja, as avaliações externas se configuram em criação de consensos pautados na lógica de quase-mercado. Mas, na contramão desta lógica, entende-se que as políticas orientadas pelo Projeto Principal de Educação não representam o percurso final das políticas, com seus efeitos e resultados. O Ciclo de políticas, como instrumento de análise, comporta a visualização deste percurso como possibilidade política e consciente de novas estratégias pedagógicas diante dos efeitos das políticas nos diferentes contextos aqui analisados.

## Referências

BALL, S. J. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos Pesquisa**, v.35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.



BALL, S. J. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, n. 35, p. 37-55. 2010.

BALL, S. J. Reforma Educacional como Barbárie Social: economismo e o fim da autenticidade. **Práxis Educativa**, v. 7, n. 1, p. 33-52, jan./jun.2012.

CASASSUS, J. A Reforma Educação na América Latina no Contexto da Globalização. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p. 7-28, nov. 2001.

CEPAL; UNESCO. **Educação e conhecimento**: eixo da transformação produtiva com equidade. Brasília, DF, 1995.

DUARTE, Alessandra D. **Descentralização vigiada: accountability e Avaliação dos serviços públicos não estatais e da orientação por resultados na administração pública**. 2010. 235 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

HYPOLITO, Á. M.; GANDIN, L. A. Políticas de Responsabilização, Gerencialismo e Currículo: uma breve apresentação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 2, n.11, ago. 2013.

HYPOLITO, Á. M. Políticas Curriculares, Estado e Regulação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out./dez. 2010.

HYPOLITO, Á. M.; VIEIRA, J. dos S.; LEITE, M. C. L. Currículo, Gestão e Trabalho Docente. **Revista e-curriculum**, v.8, n.2, p.1-16, ago. 2012.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p.47-69, 2006.

UNESCO. PROMEDLAC. Conferencia Regional de Ministros de Educación y de Ministros Encargados de la Planificación Económica de los Estados Miembros de América Latina y el Caribe. **Declaración do México**. Unesco. 1984, p.1- 05.

UNESCO. PROMEDLAC. Reunion del Comite Regional del Proyecto Principal de Educacion en America Latina y el Caribe. **Declaración de Guatemala**. Unesco, 1989, p.1-80.

UNESCO. PROMEDLAC. Recomendación de la Reunión de Ministros de Educación de América Latina y el Caribe. **Declaración de Kingston/Jamaica**. Unesco, 1996, p. 1-89.



ReLePe

**II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa**

**18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil**

UNESCO. PROMEDLAC. Educação para Todos: cumprindo nossos compromissos. **Declaración de Cochabamba**/Bolivia. Unesco, 2001, p.1-5.

UNESCO. **Laboratório Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación**. Informe Técnico. Santiago de Chile, 2001.